



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14171 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

ACESSO À ESCOLA E TRAJETÓRIAS DOS ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS DA AMÉRICA LATINA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

Letícia Felipe Wiebusch - UFPR - Universidade Federal do Paraná

ACESSO À ESCOLA E TRAJETÓRIAS DOS ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS DA AMÉRICA LATINA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

Resumo: A pesquisa tem como objeto a análise das trajetórias escolares de estudantes migrantes internacionais com origem em países da América Latina matriculados em escolas de Educação Básica, no sistema de ensino brasileiro, no período de 2014 a 2017. Verifica-se uma mudança nos fluxos migratórios no século XXI que apresentam o Brasil como país de destino ou de passagem e considera-se que há muitos desafios para que populações migrantes se estabeleçam em outro país, entre os quais a inclusão escolar. O estudo utiliza abordagem quantitativa para a análise das trajetórias escolares a partir dos dados de matrícula do Censo Escolar (INEP). Observou-se que os estudantes nascidos em países que pertencem à América Latina correspondem a 45,9% dos estudantes migrantes internacionais que estavam matriculados em escolas brasileiras no período analisado. Os resultados encontrados não só evidenciam a presença de estudantes que migraram de diferentes países da América Latina, como reforçam a relevância de se pensar a migração como um tema urgente para as políticas educacionais brasileiras.

Palavras-chave: desigualdades educacionais; estudantes migrantes internacionais; migração da América Latina; trajetórias escolares.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, o debate acerca das migrações internacionais vem se intensificando nas mídias, nos veículos de informação e até mesmo dividindo a opinião pública, sobre o acolhimento e atendimento de migrantes no país. De acordo com López Cifuentes, “o mundo passou por diversas transformações e o aumento das desigualdades sociais e econômicas resultou em intensos fluxos migratórios, de pessoas em busca de proteção, condições de vida e garantia de direitos básicos.” (2008, p. 8-9).

A pesquisa teve como objetivo principal analisar as trajetórias dos estudantes migrantes internacionais a partir de dados sobre acesso e permanência no sistema educacional brasileiro entre o período de 2014 e 2017. O recorte temporal foi definido considerando os dados de matrícula disponibilizados pelo INEP de maneira aberta que permitem o acompanhamento das trajetórias escolares.

Estudos sobre migração no século XXI (MAGALHÃES, 2012; OLIVEIRA, 2021; BARTLETT, 2015; ARAUJO, 2021) analisam diversos fatores que ajudam na compreensão da complexidade e heterogeneidade do fenômeno. Muitos são os motivos das migrações internacionais que permitem classificá-las em voluntárias e involuntárias. Contudo, este debate não será objeto desta análise. Por meio do presente trabalho foi possível reconhecer que existem muitas discussões envolvendo a necessidade de políticas de inclusão de estudantes migrantes internacionais, o que implica no seu reconhecimento como sujeitos de direitos.

METODOLOGIA

A partir de um conjunto de perspectivas teóricas a respeito das desigualdades educacionais e dos processos migratórios, o presente estudo a partir de uma abordagem quantitativa, analisou o percurso escolar de estudantes migrantes internacionais vindos da

América Latina com o uso de dados de matrícula do Censo Escolar (INEP) entre os anos de 2014 e 2017. Foi construído um banco de dados longitudinal, utilizando estatística descritiva para conhecer a distribuição dos estudantes nos sistemas de ensino e para acompanhar as transições escolares. Foi possível identificar um total de 126.257 estudantes migrantes internacionais matriculados, durante o período analisado, nos sistemas de ensino brasileiros, com grande concentração de estudantes com origem em países da América Latina. A análise dos dados permitiu conhecer o perfil desses estudantes e problematizar aspectos da garantia do direito à educação, sobretudo relacionados à permanência e às trajetórias.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os dados de matrícula da Educação Básica indicam que há uma grande concentração de migração de estudantes com origem em países da América Latina. Na distribuição de matrícula, 45,9% dos estudantes migrantes internacionais matriculados no Brasil no período analisado são da América Latina. Ou seja, no dia a dia da escola brasileira, existem muitos estudantes de origem da América Latina, com certa proximidade territorial, mas com muitas diferenças linguísticas e culturais, que podem gerar barreiras de sociabilização, emprego, cidadania, educação e principalmente, qualidade de vida.

Conforme Oliveira (2020) destaca, com a criação do Mercosul e de políticas econômicas voltadas para a cooperação Sul-Sul a partir dos anos 2000, o governo brasileiro tratou a América Latina como prioridade “buscando assumir a posição de intenção de administrar as crises humanitárias e arbitrar os conflitos políticos na região, com vistas a assegurar a estabilidade regional” (2020, p. 6). As autoras Barlett, Rodriguez e Oliveira, destacam que grande parte da mobilidade global envolve uma migração de tipo “Sul-Sul”, e que “migrantes Sul-Sul têm maior probabilidade que os migrantes Sul-Norte de estar sem documentos; são frequentemente excluídos dos serviços sociais, de saúde e educação; e estão vulneráveis ao abuso por redes de tráfico humano e pelos nacionais.” (2015. p. 115)

Os contextos de vulnerabilidade social em que estão inseridos os estudantes e suas famílias se articulam aos contextos escolares, daí a necessidade de conhecer o perfil desse grupo, que se mostra bastante heterogêneo. Em relação aos dados de matrícula, verifica-se que há grande concentração na rede pública de ensino brasileira (79,7%), sendo que as redes municipais atendem 36,7% e as redes estaduais 41,4%. Ao considerar o conjunto de matrículas de estudantes migrantes, independente do país de origem, verifica-se que 64,2%

encontra-se em escolas públicas, indicando que os estudantes com origem em países da América Latina estão mais presentes nestas instituições do que estudantes de outras origens.

Há também concentração das matrículas em certos estados brasileiros, os dados demonstram uma grande concentração de estudantes migrantes internacionais nos estados de São Paulo 39,2% e do Paraná 14,1%. É visível a diferença do estado de São Paulo quando comparado aos outros estados no país. Magalhães e Schilling elucidam que “inserida em um contexto global bastante diferente, a metrópole tem como um dos notáveis fluxos de pessoas aquele originado nos países vizinhos latino-americanos” (2012, p. 44). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o Estado de São Paulo representa 31,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (2020), além de ser a terceira maior economia e o terceiro maior mercado consumidor da América Latina, o que pode ajudar a compreender alguns dos fatores que contribuem para esta concentração.

Com relação a características individuais, os dados de sexo desses estudantes demonstram uma distribuição quase equilibrada, pois 52,3% das matrículas são masculinas e 47,7% femininas. Não há informação de raça/cor para 32,5% dos casos, o que pode significar que a família ou o próprio estudante não fez a autodeclaração, ou que a escola não solicitou a declaração, até mesmo outros fatores que podem gerar falta de informação. Considerando apenas os casos para os quais há informação, a predominância é de estudantes negros (33,3%, sendo 11,3% declarados como pretos e 22% como pardos), seguidos de estudantes brancos (30,6%). Os migrantes passam por diferentes tipos de violências, sejam elas simbólicas ou não, e são mais acentuadas entre pretos e pardos. O Brasil se mostra como um país historicamente racista e sexista, e ao analisar diferentes estudos referentes à migração no país, vários autores denunciam que os maiores problemas de discriminação, preconceito e xenofobia presentes nas escolas brasileiras têm origem em questões de gênero e raça. De acordo com Matos De Souza et al (2021, p. 4), “dentre as muitas violências que já atravessaram esses corpos em trânsito, acrescentamos mais algumas, do idioma à vestimenta, passando pelas discriminações de religião, raça, gênero e sexualidade”.

Além da análise do perfil dos estudantes migrantes, se faz necessário um olhar para as trajetórias trilhadas dentro da educação escolar brasileira. Para tanto, foram elaboradas tabelas de fluxo e trajetórias escolares, que permitem a análise da etapa em que o estudante se encontra matriculado em cada ano.

Ao analisar o fluxo escolar entre 2014 e 2017 ficou evidenciado que suas trajetórias são marcadas por algum tipo de descontinuidade. O principal elemento observado é a

ausência de informação sobre a situação de matrícula, que varia entre 12,8% e 42,6% dos estudantes. Essa ausência pode se referir à continuidade do processo migratório em outros países, a novos registros de matrícula em escolas brasileiras independentes de registros anteriores ou à evasão escolar. A reprovação, com o passar dos anos, aumenta de 5,3% a 6,6% e a taxa de aprovação dos estudantes cresce de 27,4% a 30,1%. Considerando apenas os estudantes migrantes para os quais há informação de série ao longo de todo o período analisado, o percentual de estudantes que tiveram trajetórias contínuas, sem nenhuma experiência de fracasso, é de 77,3%.

Este retrato da situação indica a presença de muitos desafios não só para o acesso e a permanência dos estudantes migrantes nas escolas brasileiras, mas também para a progressão entre as séries. De acordo com Bruel, “as situações de fracasso escolar vivenciadas pelos estudantes em geral levam a outras situações de fracasso e tornam-se insuperáveis, pois acabam gerando evasão precoce do sistema de ensino, antes dos estudantes completarem a educação obrigatória.” (2019, p. 10)

Os dados indicam que os sistemas de ensino não têm conseguido garantir a permanência destes estudantes, mesmo quando eles têm o acesso realizado por meio de uma matrícula na escola. Se, de um lado, a educação reproduz e reforça desigualdades sociais, por outro, os sistemas escolares também produzem desigualdades próprias que podem engendrar novas formas de desigualdades sociais. (BOURDIEU, 1998; DUBET, 2004) Neste sentido, é importante refletir sobre como as trajetórias dos estudantes migrantes internacionais são marcadas por barreiras institucionais, de acesso, linguísticas e por outras formas de preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o acesso e permanência dos estudantes migrantes internacionais da América Latina no sistema educacional brasileiro. Foi possível identificar algumas das barreiras existentes dentro do sistema educacional, assim como perceber que as reflexões do campo de estudo contribuem para a análise sobre os dados das matrículas desses estudantes e sobre suas trajetórias escolares, demarcadas por barreiras, evasão escolar e múltiplas formas de exclusão.

Considera-se que a ausência de informações sobre uma grande parcela de estudantes

migrantes ao longo de um período pode ser um forte indício para afirmar que possivelmente o Brasil se constitui como um país de passagem para grande parte dos migrantes internacionais, o que não o exime da responsabilidade pela oferta de uma educação com qualidade para os estudantes enquanto estiverem em solo brasileiro. A garantia do direito à educação para todos se faz presente na Constituição brasileira desde 1988, e a universalização da educação escolar é um objetivo que ainda não foi atingido. O olhar sobre as condições de acolhimento e inclusão dos estudantes migrantes internacionais recoloca em questão os problemas e desafios que historicamente se apresentam para o conjunto da população brasileira em relação à democratização da escola.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Isabella. **Direito à educação básica para migrantes internacionais: uma análise das políticas de distribuição de oportunidades educacionais em Curitiba-PR.** 2021. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021

BARTLETT, Lesley. RODRIGUEZ, Diana. OLIVEIRA, Gabrielle. **Migração e educação: perspectivas socioculturais.** Educ. Pesqui., v. 41, n. especial, p. 1153-1171. São Paulo, 2015.

BÓGUS, Lucia. FABIANO, Maria. **O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios.** Ponto e Vírgula: PUC-SP, 2015.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e a cultura. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação.** Petrópolis. Vozes, 1998.

BRUEL, Ana Lorena. **Trajetórias de estudantes migrantes internacionais face às desigualdades educacionais no Brasil, de 2014 a 2017.** 39ª Reunião Nacional da ANPED: Niterói, 2019.

CIFUENTES, J. Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua relevância para migrantes e refugiados. In: **Caderno de Debates Refúgio, Migração e Cidadania.** v. 3, n.3 (novembro de 2008). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Anual – ISSN 1984-2014.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?.** Cad. Pesqui. [online]. 2004, vol. 32 n.123, PP. 539-555.

MAGALHÃES, Giovanna. SCHILLING, Flavia. **Migrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação.** Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 43-63. 2012.

MATOS-DE-SOUZA, R., Lazarini, T, González-Monteagudo, J., & Barroso-Tristán, J. M. **Migração e educação: Um estudo sobre a invisibilização do migrante nas políticas educacionais brasileiras e distrital.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 29(24). Arizona, 2020.

SOUZA, J. M. P.; SENNA, L. A. G. **Desafios para inclusão de migrantes em escolas de regiões fronteiriças.** Textos e debates, Boa Vista, v. 2, n. 30, p. 55-68, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, Dalila. **O migrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2013655, p. 1-15, 2020.

OLIVEIRA, I. A. R. **Sociabilidade e direito no liberalismo nascente.** *Revista Lua Nova*, n. 50, p. 160, 2000, v. II.